

Exma. Senhor  
Embaixador da República da Irlanda  
Mr. Declan O' Donavan  
Avenida da Liberdade, nº 200, 4º  
1250-147 Lisboa

As Deputadas da Assembleia da República portuguesa abaixo-assinadas vêm, por este meio, prestar a sua total solidariedade para com a cidadã recentemente falecida Savita Halappanavar, numa forma de homenagem útil à sua vida perdida de forma intolerável.

Como foi do conhecimento público, e causa de enorme choque emocional por parte de milhões de pessoas, Savita Halappanavar morreu porque lhe foi recusada a realização de um aborto, quando já se encontrava em manifesto risco de vida.

Em enorme sofrimento, Savita ouviu como justificação de não se proceder à intervenção necessária a que se salvasse a sua vida o seguinte: - “este é um país católico”.

Uma mulher em intenso sofrimento foi confrontada com a terrível culpabilização por querer salvar a sua vida, quando já se tinha verificado que estava em curso um processo abortivo espontâneo.

Foram precisos três dias, setenta e duas horas de dor agonizante, de agitação, vômitos e desmaios, de um novo pedido para interromper a gravidez, de uma nova recusa, “porque o feto ainda apresentava batimento cardíaco”, para esta atitude “pró-vida” assistir à morte de Savita Halappanavar, num Novembro de 2012 para não esquecer. Morreu de septicemia e E. coli no Hospital Universitário de Galway.

Morreu, insista-se, depois de três dias e meio de dor excruciante. Morreu depois de, repetidamente, ter pedido o fim da gravidez que estava a envenenar-la. Com a sua morte, morrem de alguma forma todos os que acreditam que o esmagamento de um direito humano e universal esmaga, nesse dia, todos os que dele devem poder usufruir. A dor de Savita Halappanavar e a sua morte devem lançar um grito à comunidade internacional e não um cómodo silêncio, porque sabemos que o avanço dos direitos humanos, e concretamente os direitos das mulheres, são uma luta diária.

Não esqueceremos uma morte que poderia e deveria ter sido evitada com uma interrupção da gravidez solicitada, como o foi, e que no caso teria salvado a vida da mãe. As parlamentares portuguesas abaixo-assinadas escrevem esta carta numa atitude de solidariedade com a memória de Savita Halappanavar, com a sua família, numa atitude de repúdio pelo sucedido, mas também numa atitude de quem conhece profundamente a evolução legal e social do aborto no nosso próprio país.

Até 1984, dez anos depois da revolução que derrubou o fascismo em Portugal, o aborto era proibido em Portugal em todas as situações, mesmo, por isso, que estivesse em causa a vida da mulher. Vivíamos num país obscuro, de aborto clandestino, de morte indiscriminada de mulheres, perseguidas criminalmente e socialmente muito mais penalizadas consoante a sua situação económica. A lei 6/84 veio permitir a realização da interrupção voluntária da gravidez nos casos de perigo de vida para a mulher, perigo de lesão grave e duradoura para a saúde física e psíquica da mulher, quando existe malformação fetal ou quando a gravidez resultou duma violação. Esta lei contemplou situações gritantes, mas deixou de fora as circunstâncias sem possibilidade de quantificação e que só a intimidade de cada mulher pode avaliar. O aborto clandestino e a morte das mulheres daí derivada continuaram. Em 1997 esta legislação foi modificada, tendo existido um alargamento no prazo em situações de malformação fetal e do que até então era chamado de “violação”, atualmente denominado por “crime contra a liberdade e autodeterminação sexual da mulher” (lei 90/97). A restrição da lei e a não resposta

por parte dos estabelecimentos públicos ou publicamente reconhecidos, levou à existência de uma atividade de aborto clandestino, especulativo e perigoso.

Como consequência desta situação, o aborto foi, durante todos estes anos, a primeira causa de morte materna e a razão que levou milhares de mulheres aos hospitais com abortos retidos/incompletos.

Ao longo de mais de três décadas, muitas organizações, personalidades e profissionais de saúde lutaram por mudanças na lei, de forma a combater o aborto inseguro e ilegal. Com a lei 16/2007, a interrupção da gravidez pode, hoje, ser feita por opção da mulher até às 10 semanas, num estabelecimento de saúde legalmente autorizado.

Desde então, não há qualquer registo de morte de mulheres na sequência de um aborto.

Esperemos que esta carta de Deputadas da Assembleia da República portuguesa seja ilustrativa da nossa solidariedade com quem sofreu e morreu e, por outro lado, da compreensão profunda que temos dos tempos em que uma mulher na situação de Savita ou em muitas outras situações tinham como destino, vezes de mais, num Portugal, de que não temos saudades, a sua morte ou lesões gravíssimas e definitivas.

Respeitosamente,

As Deputadas da Assembleia da República de Portugal

Lisboa, 23 de Novembro de 2012

Helena Ricudo (BE)

Isabel Moreira (PS)

Rita Rabo (PCP)

Mantónia Almeida Santos (PS)

Fátima Aires

João Paulo (BE)

Beatriz (PS)

Lúcia Salgueira (PS)

António Vitorino (PS)

Helena Salvado e Serrão (PS)

Isabel Moreira (PSD)

Luís (PSD)

Mónica (GPPS)

Regina Almeida (GP/PSD)

Isabel Margarida (PS)  
ELZA PAIS (PS)

Isabel Moreira (PS)

Maria Helena (GPPS)

Isabel Moreira (BE)

Isabel Moreira (PS)

Isabel Moreira (PSD)

Isabel Moreira (PS)

Isabel Moreira (PS)

Isabel Moreira (PS)